Capítulo VIII

Mudança e permanência

Otávio Guilherme Velho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VELHO, OG. *Capitalismo autoritário e campesinato*: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Mudança e permanência. pp. 111-118. ISBN: 978-85-99662-92-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo VIII

Mudança e permanência

Em países que não passam pela experiência de uma revolução burguesa, a mudança e a permanência tendem a se combinar de formas bastante complexas. Neste capítulo daremos uma indicação geral e alguns exemplos de como o complexo relacionamento entre mudança e permanência tem se desenvolvido no Brasil, tanto na história “material” quanto no modo pelo qual é percebido pela sociedade.

Permanência

Durante muito tempo a dominância da política incluiu para o Brasil a dominação pelo Estado português. Isso significou, acima de tudo, a extração do excedente o maior possível da colônia e a proibição de qualquer atividade manufatureira capaz de competir com a metrópole.

Ao se dar a independência política – sobretudo como um ajustamento ao panorama internacional – a natureza da dominação política *dentro* do país basicamente não se alterou; apenas alguns de seus agentes. As mudanças que se deram foram principalmente mudanças no interior da classe dominante, apesar da ocorrência de alguns importantes levantes populares que não têm sido em geral estudados de forma apropriada. Durante cerca de vinte anos após a independência, o país passou por um período turbulento ligado à quebra dos últimos vestígios da proeminência portuguesa e à existência de um vácuo de poder deixado pela decadência das minas e das *plantations* de açúcar do Nordeste. A partir da década de 1840, no entanto, com o espalhar-se das *plantations* de café no Rio de Janeiro e posteriormente em São Paulo, a classe dominante ganhou um novo centro estabilizador.

Os interesses agrários mantiveram um controle praticamente completo sobre o Estado e nesse período crucial algumas tentativas de acompanhar a Revolução Industrial terminaram ou em um fracasso completo ou – especialmente quando interessavam também ao comércio de exportação, como no caso das estradas de ferro e da navegação – levaram ao controle estrangeiro (sobretudo inglês). O “livre comércio” era o que

interessava à classe dominante, a não ser por algumas medidas necessárias para a sobrevivência e financiamento da máquina estatal, tais como a não renovação dos tratados de 1810 com a Inglaterra e o estabelecimento de certas taxas alfandegárias. De acordo com a ideologia dominante o Brasil possuía uma “vocaço agrcola” e tinha que ser fiel a esta. Aceitava-se que jamais seramos capazes de produzir bens industriais to bem quanto a Inglaterra e outros pases e que se o tentssemos e ns tornssemos protecionistas certamente sofreramos represlias contra as nossas exportaes agrcolas. Enquanto no houvesse uma crise realmente sria no mercado internacional, o liberalismo no sentido econmico e a ideia de uma diviso internacional do trabalho “natural” satisfazia plenamente classe dominante.

As mudanas somente ocorriam, sob a forma especial de transformaes, como ajustamentos necessrios a ocorrncias internacionais ou quando prticas anteriores se tornavam desnecessrias ou inadequadas. Isso, todavia, nunca representava uma ruptura radical com o passado¹. Tal foi o caso, por exemplo, da abolio da escravatura em 1888, estimulada pela Inglaterra. A importao de mo-de-obra estrangeira barata² por essa poca j tornara o trabalho escravo desnecessrio em So Paulo, j ento o centro cafeeiro mais dinmico. A decadncia secular das *plantations* aucareiras nordestinas, por outro lado, no so liberou mo-de-obra para as *plantations* cafeeiras, mas tornou mais conveniente para os senhores de terra nordestinos recorrer a *formas de imobilizao da fra de trabalho em que ela mesma produzissem para o seu autoconsumo*, sobretudo em perodos desfavorveis. Na verdade isso j se dava, transformando o “escravo” mais numa categoria jurdica do que sociolgica. (Palmeira, 1969)

O final da escravido foi seguido de perto pelo final do Imprio. Proclamou-se uma Repblica Federativa que formalmente seguia o modelo dos Estados Unidos, que por essa poca tendiam a substituir a Inglaterra como o nosso principal scio comercial. A sua fachada liberal, todavia, como seguidamente ocorreu no decorrer da histria brasileira, era principalmente uma cobertura para o domnio oligrquico.

¹ Para uma interessante anlise do conservantismo brasileiro ver Mercadante (1965).

² Cerca de 50 mil imigrantes na dcada de 1870, 260 mil na de 1880 e 650 mil na de 1890.

No começo do século vinte o Brasil importava praticamente tudo que pudesse sofrer algum tipo de processamento industrial, desde locomotivas até palitos de fósforo.

Mudanças

As mudanças, todavia, embora muito gradativas e por vezes difíceis de perceber, não deixavam de ocorrer. Algumas delas tornaram-se elos numa cadeia que acabaria por mostrar-se importante. Por um lado o “poder local” enquanto tal aos poucos tornou-se menos incontido do que antes. A chamada “República Velha” já representava o reconhecimento de um certo compromisso entre a autoridade local e central por intermédio das estruturas de poder *regionais*. Essas estruturas tornaram-se bastante complexas e o sistema de patronagem como um todo seria conhecido como *coronelismo*. Uma elite política profissional que representava os diferentes interesses da classe dominante se desenvolveu, mas esse compromisso não era sempre fácil e pequenas guerras por vezes estouravam entre *patrões* locais e regionais, em certos casos forçando (ou permitindo) a intervenção do governo federal.

Segundo a nossa perspectiva, no entanto, *a centralização não inaugurou o autoritarismo*. No Brasil em geral tende-se a identificar os dois fenômenos, mas parece-nos de fato, uma vez que se estabeleça, como o fizemos, a ligação entre autoritarismo e dominância do político, que se verificará estarem *as raízes do autoritarismo contidas no próprio sistema de repressão da força de trabalho*. A centralização somente representou uma mudança no *locus* principal para a manifestação da dominância do político, tal como foi o caso em certas partes da Europa Oriental nos séculos XVIII e XIX, quando o autoritarismo descentralizado cedeu lugar ao autoritarismo centralizado. Na verdade, o chamado “poder local” só o era num sentido descritivo: de fato representava uma certa manifestação de dominância que não era em si mesma estritamente local ou econômica, nem em suas raízes, e origem, nem em seu ponto de aplicação. Por isso mesmo, é bom dizer, não é necessário supor-se uma fraqueza *absoluta* do Estado para se caracterizar o predomínio do autoritarismo descentralizado. A questão real está muito mais na medida de autonomia do Estado em relação à classe dominante. No Brasil, o desenvolvimento de um aparelho estatal no segundo reinado, por exemplo, é indubitável. O problema está em saber até

que ponto a sua autonomia aparente não era apenas um jogo para se atingir a “média ponderada” que melhor se ajustasse à correlação de forças entre as diversas facções da classe dominante, até que o desenvolvimento de uma burocracia (sobretudo militar) criou contradições que sintomaticamente não puderam ser resolvidas sem uma mudança de regime.

Parece-nos que a ideia de uma forma descentralizada e centralizada de autoritarismo presta-se melhor para descrever certas ocorrências no Brasil do que a oposição absoluta vista muitas vezes pelos estudiosos brasileiros entre o “poder privado” (qualquer que seja o seu nome) e o “autoritarismo estatal”. Este ponto de vista em geral torna impossível perceber-se as ligações entre os dois fenômenos e que o chamado “patriarcalismo” da “ordem privada” e a patronagem eram basicamente partes de *uma forma de autoritarismo*, o Estado não sendo o único *locus* possível para a prática política num sentido amplo.

As cidades e as classes médias ligadas ao serviço estatal e ao comércio continuaram a crescer durante a República Velha. Tenderam a transformar-se em fonte de problemas em potencial para o domínio oligárquico. A indústria também teve um crescimento limitado, sobretudo em têxteis e produtos alimentares. Isso foi parcialmente forçado não só pela Primeira Guerra Mundial, mas também por alguns distúrbios anteriores no comércio internacional e por flutuações nos preços dos produtos agrícolas que eventualmente criaram alguns problemas para o funcionamento da divisão internacional do trabalho estabelecida. Esses distúrbios também forçaram o governo central a assumir um papel mais ativo na economia, embora principalmente como um mediador entre as diferentes facções da classe dominante.

No decorrer da década de vinte deram-se alguns levantes armados dirigidos por jovens oficiais que viriam a ser conhecidos como os *tenentes*. Embora não fossem eles próprios necessariamente liberais (na verdade algumas das raízes ideológicas do autoritarismo estatal pós-30 remontam a suas idéias), *antes* de 1930, no quadro concreto em que se movimentavam, a sua ação política representava socialmente uma oposição liberal.

Enquanto essas revoltas vieram de “fora” do sistema não foram bem sucedidas. Foi somente quando a crise de 1929 refletiu-se sobre o Brasil que com o encolhimento do excedente redistribuível as contradições oligárquicas regionais interiores ao sistema tornaram-se antagonistas. Isso

permitiu uma aliança de alguns interesses regionais com o movimento de jovens oficiais de classe média ideologicamente apresentada como uma “Aliança liberal” que na verdade juntava “liberalismos” de conteúdos bem distintos. De qualquer forma, dessa maneira deu-se como que uma ruptura através da Revolução de 30. Mas sendo este o caso, os resultados da revolução acabaram sendo bem diferentes dos inicialmente imaginados pela maioria dos jovens oficiais e seus simpatizantes de classe média. Mudanças importantes ocorreram, mas laços muito estreitos com o passado foram também mantidos.

Novos rótulos para velhas garrafas

Buscando entender o real significado do chamado “tradicionalismo” britânico, Eric Hobsbawm (1969: 18) sugeriu que de fato este tem a ver com a “preferência (dos britânicos) por afixar velhos rótulos em garrafas novas”, “disfarçando mudanças fundamentais como adições a um precedente”, ou “a preferência em manter a *forma* de velhas instituições com um conteúdo profundamente diferente; na verdade em muitos casos a criação de uma pseudotradição e uma pseudolegitimidade costumeira para instituições bastante novas”.

De certa maneira quando se visualiza a história brasileira o que chama a atenção é exatamente o oposto. Em poucas palavras e parafraseando Hobsbawm, é a colocação de *novos rótulos* em *velhas garrafas* o que choca.

Talvez se possa argumentar que em termos gerais esses dois quadros podem em última análise ser reduzidos um ao outro, representando apenas variações de um certo tipo de *compensação* característica do “espírito do homem moderno” que, ao lado de outras compensações³, tende a buscar incorporar subjetivamente de uma forma balanceada tanto a “permanência” quanto a “mudança”. Quando ou a permanência ou a mudança assumem proeminência em termos de *conteúdo*, isso seria disfarçado pelo uso do outro elemento como *forma*. O fato, no entanto, é que em termos de história

³ No Brasil outra forma de compensação importante parece ligar-se à visão da marginalidade como um estado desejável em contraste com o sistema de repressão da força de trabalho. Voltaremos a esse ponto adiante.

real e de estruturas sociais as duas “alternativas” estão ligadas a resultados muito diferentes.

A independência, a abolição da escravatura, a proclamação da República, a Revolução de 1930, a Revolução de 1964 são todas datas maiores da história oficial brasileira. Na socialização das crianças, sobretudo através das escolas, são ensinadas como representando marcos fundamentais. Mas ao mesmo tempo, com ênfase menor, também se ouve que todas se deram de maneira a prevenir que algo de “pior” ou mais radical ocorresse. Isso transparece, por exemplo, nas “frases célebres” que transmitiriam uma “sabedoria” incorporada ao “ser nacional” e ao seu estilo adaptativo⁴.

O compromisso no seio da classe dominante parece de fato ser um traço importante nas transformações do sistema, e quanto mais assim é, mais essas transformações são anunciadas na forma de rupturas *definitivas*. Ao mesmo tempo, todavia, essas rupturas com o passado em alguns casos importantes são representadas como rupturas somente com o passado *imediat*o, que se supõe então ter constituído um desvio em relação ao curso nacional verdadeiro a que então se retorna⁵. Porém nesse caso, retorna-se a um certo *processo* que se originou no passado e não a um *estado* passado. A categoria “progresso” (que apenas recentemente vem sendo em parte substituída pela de “desenvolvimento”) serviu uma importante função mediadora nessas elaboradas transformações ideológicas.

Exatamente por causa disso tudo, quando o segredo se “revela”, algumas interpretações acadêmicas tendem a cair no pólo oposto e a minimizar as mudanças, tal como ocorreria se tomássemos a nossa paráfrase de Hobsbawm literalmente e não como uma chave para a comparação. De fato parece-nos que as mudanças que ocorrem têm a ver com as transformações não-revolucionárias, primeiramente de um sistema de repressão da força de trabalho e posteriormente de um capitalismo

⁴ Para ficar claro quanto às frases, é só lembrar o famoso “ponha a coroa sobre a sua cabeça” do conselho paternal de D. João VI e o “Façamos a revolução antes que o povo a faça” de Antônio Carlos, sendo nesses casos irrelevante saber se de fato essas frases foram ou não pronunciadas. Quanto ao “estilo”, o ufanismo com que se exalta o contraste entre a ação como que pessoal e feminina da Princesa Isabel na abolição da escravatura com a Guerra Civil norte-americana é um caso exemplar. A propósito da frase atribuída a Antônio Carlos, é curioso mencionar que praticamente a mesma frase é atribuída a Alexandre II da Rússia.

⁵ “Já nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país”.

autoritário nascido dele, basicamente sob a pressão “externa” em todos os níveis do capitalismo internacional. Contrasta com o desenvolvimento capitalista burguês e um paradoxo curioso é que escondido por detrás do mito disseminado do caráter “cordial” do brasileiro, são exatamente os “sábios” compromissos da sociedade brasileira que se articulam com o autoritarismo, ao passo que as grandes revoluções burguesas (e foi por isso que mencionamos a oposição “liberal” frustrada dos anos 20 no Brasil) na verdade abriram o caminho para a democracia e o liberalismo.

Essa “lógica” torna muito difícil por vezes avaliar as mudanças porque em geral o “passado” não é destruído, mas transformado. No caso da Revolução quase pacífica de 1930 e particularmente do regime autoritário do Estado Novo, as controvérsias ainda são imensas. Do que já foi dito deve estar claro que em nossa opinião a aceitação da ideia de um desenvolvimento capitalista autoritário pode ajudar a permitir levar em conta simultaneamente a mudança, a permanência e a sua complexa inter-relação.

Os jovens oficiais dos anos 20 representavam a ideia de seguir os passos dos países “avançados” no plano econômico e sobretudo no plano político. A eles se opunham as forças dominantes que não estavam dispostas a mudar dessa maneira, pois com isso iriam perder poder. Todavia, isso não significa que já não havia mudanças. Mesmo antes de 1930 as ocorrências na esfera internacional forçavam certas reações que embora pretendessem principalmente sustentar o sistema existente, na verdade resultaram em alguns subprodutos importantes. O exemplo clássico é o do início do processo de substituição de importações provocado pela desvalorização da moeda brasileira com que se pretendia defender o poder de compra do setor cafeeiro mas que na verdade, ao encarecer os produtos importados, encorajou a indústria interna. (Furtado, 1964: 215-224) Após 1930 a queima aparentemente “irracional” dos excedentes de café teve um efeito análogo.

O desenvolvimento com o tempo foi se tornando uma política consciente na forma de uma ideologia nacionalista⁶. O Estado já não era

⁶ É bastante revelador das ligações em grande parte ainda não percebidas entre as políticas pré e pós-30 que Arthur Bernardes, o qual como Presidente representara tudo o que era corrupto e arcaico no sistema político da República Velha, foi mais tarde exaltado como um

apenas um mediador. Sobretudo a partir da década de 40 passou a ser também um agente de transformação direto do processo econômico. (*Conjuntura Econômica*, 1973: 66-96) Todavia, embora dando um passo a frente, o compromisso prosseguia. Consistia principalmente em não atacar diretamente o sistema tradicional, mas em construir o que parecia ser uma estrutura paralela. Isso significou, acima de tudo, não tentar nenhuma interferência no campo, mas concentrar os esforços governamentais na industrialização urbana, apoiando uma burguesia nacional emergente e mesmo mobilizando até um certo ponto a força de trabalho urbana sob o populismo como um agente para a modernização. A Segunda Guerra Mundial favoreceu essas tendências, tornando ainda mais necessário produzir dentro do país os bens que temporariamente não podiam ser importados e aumentando o poder de barganha do Brasil na arena política internacional.

Concretamente isso significava que uma parte do excedente derivado da agricultura estava sendo reinvestido através de toda espécie de artifícios na indústria; às vezes por intermédio dos próprios senhores de terra e negociantes. Apesar de alguns recuos temporários essa tendência geral prosseguiu e sobreviveu ao Estado Novo. Em 1956, pela primeira vez na história brasileira a participação da indústria na renda interna tornou-se maior do que a da agricultura (Oliveira, 1972: 9).

Não obstante, a exportação de produtos primários continuava a funcionar como uma fonte fundamental para a industrialização e a compra do equipamento estrangeiro necessário no processo de substituição de importações. Esse último substituiu os bens de consumo (de início os não-duráveis e na década de 50 os duráveis) como o item principal das importações brasileiras. A mudança e a permanência continuavam a coexistir e a se combinar.

herói nacionalista em face da sua posição contra os avanços imperialistas sobre os depósitos de minério de ferro brasileiros.